

# Indicado ao STF se diz apto para julgar qualquer partido

Luiz Fachin, que apoiou Dilma na eleição de 2010, afirma em sabatina no Senado que atuará com independência

Indicado por Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal, o advogado Luiz Fachin disse em sabatina no Senado estar pronto para julgar "qualquer partido político" com independência. Ele pediu votos para a petista na campanha de 2010,

O jurista citou Joaquim Barbosa, lembrando que o ex-ministro do STF declarou ter votado no PT, mas agiu com autonomia no julgamento do mensalão.

Fachin, 57, adotou um discurso para agradar a senadores das bancadas evangélicas e do agronegócio ao tratar de temas polêmicos. Afirmou ser contra o aborto e "contra qualquer violência", sugerindo que não defende invasões de terras.

Também indicou ser contra a redução da maioria penal, defendeu-se das acusações de apoiar a poligamia e afirmou ser contrário ao controle social da mídia.

No começo da sabatina, Fachin definiu-se como um "sobrevivente" ao comentar as críticas que vêm recebendo desde que foi indicado ao Supremo, no mês passado.

Para assumir a vaga, ele precisa ter o nome aprovado pelo plenário do Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), marcou a votação para a próxima terça (19), contrariando o governo, que gostaria de mais celeridade.



O advogado Luiz Edson Fachin fala em sabatina no Senado

## FACHIN NA SABATINA

**66** Considero-me alinhado com as pessoas que querem o progresso do país, (...) mas preservando interesses privados sobre sua simpatia ao MST

Defendo a estrutura da família com seus princípios fundamentais sobre ser ou não a favor da poligamia

Precisamos verificar se há mesmo ressocialização no sistema prisional sobre a redução da maioria penal

13 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Indicado por Dilma promete independência no Supremo

Fachin diz a senadores estar pronto para julgar  
'qualquer partido político'

**Advogado criticado  
por ligação com causas  
progressistas diz apoiar  
decisão do STF contra  
invasões por sem terra**

Criticado por ter declarado apoio à presidente Dilma Rousseff e defendido causas progressistas como a reforma agrária, o advogado Luiz Edson Fachin afirmou ao Senado estar pronto para julgar "qualquer partido político" com independência se for nomeado ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Aos 57 anos, o advogado indicado por Dilma para a corte enfrentou nesta terça-feira (11) uma das mais longas sabatinas da história da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, que até a conclusão desta edição já durava mais de oito horas. As cinco sabatinas anteriores de candidatos ao STF duraram menos de sete horas.

Fachin adotou discurso moderado para agradar setores que o viam com desconfiança, como o agronegócio. Ele foi alvo de críticas da oposição, que o questionou sobre sua simpatia pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e o vídeo em

que aparece pedindo apoio a Dilma nas eleições de 2010.

Fachin disse que gravou o vídeo como representante de um grupo de juristas que apoiava Dilma. Ao se declarar "independente", contou ter feito campanha para José Richa ao governo do Paraná nos anos 80 —o pai do atual governador, Beto Richa (PSDB).

"Não tenho nenhuma dificuldade, comprometimento, caso venha a vestir a toga do STF, em apreciar e julgar qualquer um dos partidos políticos que existam em nossa federação", afirmou Fachin.

O advogado citou Joaquim Barbosa, a quem vai substituir no STF caso tenha seu nome aprovado pelo Senado, para lembrar que o ex-ministro declarou ter votado no PT, mas agiu com independência na Corte quando decidiu pela condenação de envolvidos no escândalo do mensalão.

Fachin evitou posições polêmicas. De formação católica, ele disse ser contra o aborto e "em defesa da vida", e defendeu a família, citando como exemplo a relação com sua mulher e as filhas.

Sobre a questão agrária e sua ligação com o MST, Fachin afirmou ser contra "qualquer forma de violência" e disse que aprova decisões do STF

de "não permitir desapropriação de área invadida" por trabalhadores rurais sem terra.

Ao responder a perguntas de um dos líderes da bancada ruralista, Blairo Maggi (PR-MT), Fachin indicou que apoiará, no Supremo, temas caros aos ruralistas, como a ideia de que os índios que não reivindicaram terras antes da Constituição de 1988 não têm mais direitos a elas.

Para Fachin assumir a vaga no STF, seu nome tem que ser aprovado no plenário do Senado em votação secreta. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), marcou a votação para a próxima terça (19), contrariando o governo, que gostaria de ver sua aprovação o mais rápido possível.

### SOBREVIVENTE

No começo da sabatina, Fachin definiu-se como um "sobrevivente" ao comentar as críticas que vem recebendo desde que foi indicado para o Supremo. Falou de seu passado humilde, dizendo que teve que vender laranjas para ajudar os pais, e se emocionou ao lembrar dos familiares.

**CONTINUA**

O QUE  
DISSE  
FACHIN

FINANCIAMENTO  
PRIVADO  
DE CAMPANHA

## CONTINUAÇÃO

Sobre o acúmulo da advocacia privada com o cargo de procurador do Paraná, Fachin mostrou a carteira de advogado, com anotação da OAB do Paraná autorizando o duplo ofício e disse que a Constituição também o autorizava a isso. “As restrições do exercício da profissão são competência de matéria e lei federal.”

Fachin também disse que a maioria penal não é cláusula pétrea da Constituição, portanto pode sofrer alterações, mas indicou ser contra sua redução, em discussão na Câmara. E disse ser contrário o controle social da mídia.

O advogado defendeu autonomia do Congresso para analisar o modelo de financiamento de campanhas eleitorais —que está sob análise do STF. “Há certas circunstâncias em que o Supremo não deve atravessar a rua.” (GABRIELA GUERREIRO, AGUIRRE TALENTO E RUBENS VAI FMTF)

Problemas atinentes a essa definição política [doações eleitorais], parece-me que o Judiciário desborda de suas funções. Há certas circunstâncias que o Supremo não deve atravessar a rua, [mas sim] manter-se no lugar e dar primazia ao Parlamento



REDUÇÃO DA  
MAIORIDADE PENAL

Há experiências em outros países cuja faixa etária é bem menor do que temos aqui. Precisamos verificar se o sistema prisional, tal como está, se há mesmo ressocialização

TRANSMISSÃO NA TV  
DE JULGAMENTOS DO STF

Não imagino nem de longe que ministro de Suprema Corte pode decidir sentindo-se pressionado pelas decisões sendo televisadas. Subscrevo a transparência no processo de transmissão

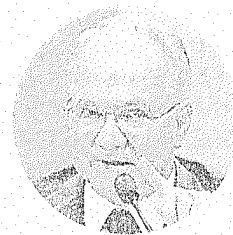
O QUE  
DISSE  
FACHIN

APOIO À  
CANDIDATURA  
DE DILMA EM 2010

Fui convidado a fazer a leitura [de manifesto a favor da então candidata] e não me furtei. Eu havia assinado [...]. Não tenho nenhuma dificuldade, comprometimento, caso venha a vestir a toga do STF em apreciar e julgar qualquer um dos partidos políticos

DEFESA DA  
POLIGAMIA

Isso que se disse a partir de trabalho acadêmico, a tese coloca em questão a distorção que pode levar alguns princípios da família. Mas defendo a estrutura da família com seus princípios fundamentais



APOIO  
AO MST

Me considero alinhado com as pessoas que querem o progresso do país, sou progressista nesse sentido, mas preservando direitos e os interesses privados, as liberdades individuais

13 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Fachin montou equipe de gestão de crise

Para combater críticos, aliados contrataram escritório de monitoramento de redes sociais e uma assessoria de imprensa

Há senador que diz ter recebido 6.000 e-mails contra ele; pastor Silas Malafaia foi um dos que incentivou mobilização

DANIELA LIMA  
DE SÃO PAULO

Protagonista daquele que talvez tenha sido o mais intenso debate público sobre uma indicação para o STF (Supremo Tribunal Federal),

Luiz Fachin se cercou de uma equipe profissional para tentar reagir à campanha contra a aprovação de seu nome.

Ao menos três núcleos ajudaram a estruturar uma operação de resgate da imagem do professor indicado pela presidente Dilma Rousseff.

A empresa Medialogue, que trabalhou na campanha presidencial de Aécio Neves (PSDB) em 2014, monitorou as menções a Fachin em redes sociais. Em outra ponta, houve a contratação de um designer da agência Pepper, que trabalhou para Dilma, para criação de um site de defesa do advogado.

No centro das duas operações, a assessoria de imprensa de Samuel Figueiredo, a F7 Comunicação, assumiu as relações com a mídia e agregou ao time conselhos de especialistas em gestão de crise.

Parte do resultado desse trabalho foi visto na sabatina de Fachin na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, nesta terça (12).

Ele chegou à Casa ao lado da mulher, filhas e genro. Disse no início que se considerava um "sobrevivente" e respondeu às perguntas em tom monocórdio e afável.

O objetivo era afastar a imagem disseminada por críticos de que se trata, na verdade, de um "radical comunista", "vinculado ao PT", que "defende a poligamia".

A medição nas redes mostrou há cerca de 15 dias que mais de 90% das menções a Fachin eram negativas e que, além da resistência política, havia um movimento negativo entre representantes de setores religiosos e ruralistas.

"Minha gente, a coisa tá feia", diz o pastor Silas Malafaia no início do vídeo. "Agora, a presidente Dilma indica o dr. Fachin, para ministro do STF. (...) Esse cidadão defende a poligamia. (...) O camarada tem ideia de comunista. É contra a família."

O vídeo, que teve mais de 18,5 mil visualizações, vinha acompanhado de uma lista com os e-mails dos 81 senadores. "De uma vez só você manda para tudo que é senador: 'Diga não a dr. Fachin no STF'", orienta Malafaia.

Movimentos anti-Dilma também fizeram sua mobilização. Alguns senadores relataram terem recebido até 6.000 e-mails.

Fachin tentou minimizar o desgaste. Bateu em todos os gabinetes, com a fala mansa e um currículo encadernado debaixo do braço. Alguns não o receberam.

## Artes da sobrevivência

Qualquer tema rendia frases comportadas de Luiz Fachin, mas nenhum compromisso real

FORAM QUASE duas horas de preliminares e questões regimentais antes que o jurista Luiz Edson Fachin, indicado por Dilma Rousseff para o lugar de Joaquim Barbosa no STF, começasse a falar na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

A essa altura, por volta do meio-dia de ontem, o clima da sabatina já estava decidido. A oposição ao governo, representada tenazmente por Ronaldo Caiado (DEM-GO), tinha tentado adiar o questionamento de Fachin, perdendo por 19 votos a 7.

Com apoio de Aloysio Nunes (PSDB-SP) e de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Caiado levantou uma das principais dúvidas sobre a indicação. Como dizer que Fachin tinha conduta “ilibada”, como exige a Constituição, se ele acumulara o cargo de procurador do Estado do Paraná com o exercício da advocacia particular? Seria isso permitido? Dois pareceres da assessoria do Senado examinaram a questão e eram contraditórios.

Melhor, defendeu Caiado, fazer primeiro uma audiência pública em torno dos dois pareceres e depois marcar nova data para a sabatina. A discussão foi longa e só se resolveu com a votação nominal dos 26 membros da CCJ. Viu-se então que menos de um terço deles apoiava a tese do ruralista.

Entra, portanto, Fachin em cena —e seu discurso inicial, com pausas emocionadas e citação ao papa Francisco, não tocou nesse assunto. Ele estava preocupado, antes de tudo, em diminuir a aura de esquerdismo que cercava seu nome.

Lembrando a infância pobre, e sua condição de “sobrevivente”, o candidato ao STF falou de eventuais erros ao “superlativizar”, no passado, a legitimidade das lutas sociais.

Posicionamentos simpáticos ao MST e teorizações sobre os limites do direito à propriedade fundiária tinham de ser amenizados agora; o jurista lembrou Max Weber, dizendo estar agora sob a égide da “ética da responsabilidade” e não (não mais?) da “ética da convicção”. Há diferença entre o cidadão e o magistrado, prosseguiu; entre quem discute a lei e quem a aplica.

Sendo tucano, mas falando como paranaense, Alvaro Dias fez longo discurso de apoio ao professor da universidade federal de seu Estado. Se Fachin apoiou a candidatura de Dilma Rousseff em 2010, também apoiara Mario Covas na campanha de 1989. Não seria, portanto, um petista de carteirinha. De resto, como lembrou outro senador, o ex-ministro Carlos Ayres Britto, antes de ir para o Supremo, chegara a ser candidato a deputado pelo PT.

Apesar de novas insistências de Ronaldo Caiado —que estendeu por quase meia hora a sua inquirição, fingindo nem ouvir os pedidos de que obedecesse o prazo concedido—, a sabatina foi se suavizando pouco a pouco.

Insuspeito de “progressismo”, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) deu exemplos de gentileza. Qual a opinião de Fachin, por exemplo, sobre a maioria penal? Seria cláusula pétrea da Constituição? O candidato não desagradou Crivella; foi evasivo nesse tema, estendendo-se sobre a formação cristã que ambos tinham em comum.

Houve tempo, ainda, para a célebre questão da “poligamia”: seria o futuro ministro defensor de concepções tão amplas do que seja a unidade familiar? Fachin respondeu falando de seus muitos anos de monogamia. Crivella elogiou seu comportamento conjugal.

Qualquer tema —do caso Battisti ao financiamento das campanhas eleitorais— rendia frases comportadas, mas nenhum compromisso real da parte do indicado. O que era para ser um embate entre governo e oposição não se verificou; muito menos houve uma sabatina em torno da ideologia ou das convicções específicas de Fachin.

A menos que ele radicalizasse o jogo, ou cometesse alguma gafe gigantesca, sua aprovação estava bem menos ameaçada do que se acreditava durante os últimos dias.

13 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

## Alta tensão

Senadores da base e da oposição relataram que Renan Calheiros (PMDB-AL) passou a fazer gestos mais ostensivos contra a aprovação de Luiz Edson Fachin para o Supremo. O presidente do Senado teria argumentado em conversas reservadas que a indicação era temerária e que a escolha de Dilma Rousseff não respeitava a Casa. A informação chegou à presidente e ao Palácio do Planalto, o que contrariou Renan. Ele passou a classificar os relatos como uma história "plantada" pelo governo.

**Em alta** O Planalto fazia contas de que o indicado teria 61 votos no plenário do Senado — 20 a mais que os 41 necessários. Com as movimentações de Renan, admite que pode ter que refazer as contas.

**Espionagem** Parlamentares ficaram incomodados com duas visitas feitas à sabatina pelo secretário-geral da mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello — braço-direito de Renan. Bandeira conversou com Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que declarou voto contra Fachin.

**Via satélite** Antes da entrada de Fachin na sabatina, senadores fizeram críticas duras a contradições que atribuíam ao advogado. Na antessala da comissão, ele assistia a tudo pela TV Senado.

MÔNICA BERGAMO

## OLHO DO FURACÃO

O Senado recebeu ontem 537 manifestações de eleitores durante a sabatina de Luiz Fachin, indicado para o STF (Supremo Tribunal Federal). As mensagens chegaram pelo portal da Casa no momento em que o evento era transmitido ao vivo. A mobilização é considerada inédita por parlamentares.

### RODA VIVA

Na busca de apoio para Fachin, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) chegou a enviar e-mail ao ex-presidente do STF Joaquim Barbosa. Que, segundo o próprio tucano, não respondeu.

### EM SILÊNCIO

Barbosa foi procurado também por Fachin, segundo o senador.

★

Os dois conversaram. O ex-ministro, no entanto, preferiu não manifestar apoio, mantendo a decisão de não falar sobre o STF.

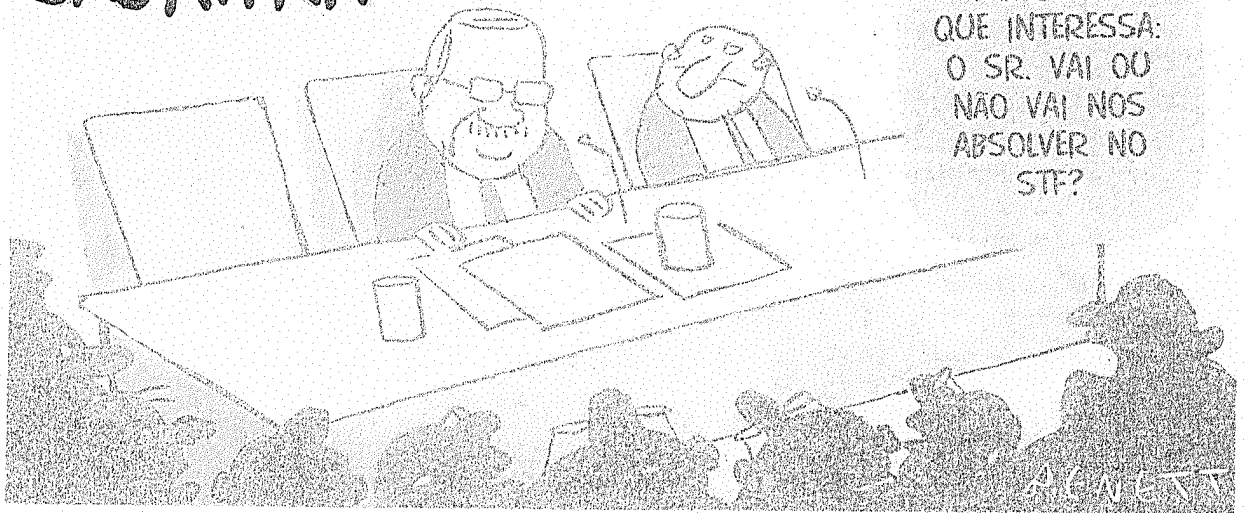
### OUVI FALAR

A única manifestação de Barbosa a respeito foi feita em Minas Gerais. Questionado depois de um evento, ele afirmou que não conhecia o advogado, mas que tinha boas referências dele.

13 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

SABATINA



13 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Meta anticorrupção

Pelo segundo ano seguido, tribunais têm desempenho mais lento que o esperado ao julgar casos de desvio de recursos públicos

A exemplo do que se deu com o julgamento do mensalão do PT, os desdobramentos da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal têm atraído as atenções de boa parte da sociedade brasileira. No atual estágio do país, parece quase impossível que o caso se arraste na corte por um tempo maior do que o estritamente necessário.

Embora a regra tenha lá suas exceções, como atesta o estacionário processo do chamado mensalão tucano, a repercussão midiática e a mobilização popular sem dúvida contribuem para que magistrados não mais deixem dormir em suas gavetas ações contra membros da classe política.

O mesmo não se pode dizer, porém, acerca de decisões de menor visibilidade. Ao contrário, nessas situações não raro prevalece um outro tipo de pressão, exercida sobre juízes ou até desembargadores por influentes integrantes das elites locais e destinada a garantir a velha e perniciosamente impunidade.

No intuito de contornar tal problema, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu, em novembro de 2012, uma meta de combate à corrupção: ao final de 2013, os tribunais deveriam ter julgado todas as ações relativas a improbidade e crimes contra a administração pública distribuídas até 2011.

O objetivo, contudo, foi apenas parcialmente cumprido. Dos 114 mil processos que se enquadravam nesses critérios, 62 mil (54%) tiveram o devido encaminhamento.

Para amenizar o fracasso, reeditou-se a meta no ano seguinte, com o acréscimo de casos distribuídos em 2012. Um vez mais, todavia, magistrados deixaram a desejar.

Balanço recém-divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça mostra que, em 2014, julgaram-se cerca de 110 mil das 198 mil ações relacionadas com corrupção — dito novo, quase a metade dos autos não andou como deveria.

Na Justiça estadual, onde se concentram 105 mil processos dessa natureza, apenas tribunais de pequeno porte, como o do Amapá e o do Acre, chegaram perto de dar conta do recado, com, respectivamente, 95% e 88% da meta atendida. Na outra ponta, Bahia (menos 8%) e Piauí (21%) voltaram a exhibir os piores resultados.

O tribunal de São Paulo melhorou seu desempenho, passando de 54%, em 2013, para 63%, em 2014.

Há muito a avançar, como se vê. Não se trata de identificar no combate à corrupção uma maneira de desafogar o Poder Judiciário. Os quase 200 mil casos em questão mal formam uma gota no oceano de aproximadamente 100 milhões de processos em tramitação nas cortes do país.

Trata-se, isto sim, de priorizar ações de irrisória dimensão pública, com efeitos moralizadores tanto sobre a classe política quanto sobre a própria Justiça.



13 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Planos vão financiar núcleo para mediar ações de saúde no TJ

Bancada por entidades que representam seguradoras, comissão visa auxiliar juízes em pedidos de liminares

**Para diretor do Cremesp, é uma 'excrecência' esse grupo ser formado por representantes dos planos de saúde**

LUCAS FERRAZ  
CLÁUDIA COLLUCCI  
DE SÃO PAULO

Entidades que representam planos de saúde vão bancar a criação e o funcionamento de um núcleo no Tribunal de Justiça de São Paulo cujo objetivo é mediar ações propostas contra as próprias seguradoras.

Com o intuito de auxiliar os juízes em pedidos de liminares contra as empresas para a realização de cirurgias e fornecimento de medicamentos, a "câmara de mediação" terá entre os seus membros advogados e médicos indicados pelos planos.

A sala onde o grupo vai atuar, no fórum João Mendes, em São Paulo, foi reformada por cerca de R\$ 70 mil graças às associações que representam as empresas do setor, Abrange (Associação Brasileira de Medicina de Grupo) e Fenasáude (Federação Nacional de Saúde Suplementar).

Será o primeiro núcleo em funcionamento no fórum cria-

do por entidades que representam empresas privadas.

"É uma excrecência ter representantes dos planos de saúde nesse núcleo. O juiz precisa do auxílio de um médico, não de pessoas ligadas às seguradoras", afirma Antônio Pereira Filho, diretor de comunicação do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo).

Segundo ele, o departamento jurídico do órgão estuda medidas contra o núcleo da forma como está proposto.

"Não se trata de apoio técnico, mas sim uma câmara de mediação e conciliação. Se podemos resolver [a demanda do paciente] sem necessidade de ingressar com uma ação judicial, será melhor para todos", diz a juíza Debora Ciocci, conselheira do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

### PARCERIAS

O acordo para a criação do núcleo foi assinado no mês passado. A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e a Unimed Brasil são parceiras do projeto. O grupo deve começar a funcionar em junho e, se bem sucedido, deve ser replicado no país.

A composição do núcleo piloto, em São Paulo, ainda não foi definida, mas magistrados do Tribunal de Justiça e mem-

brós das seguradoras informaram que ele deve ser composto por advogados e médicos dos planos, da ANS e por um representante do fórum.

A proposta é que, tão logo a ação com pedido de liminar ingresse no fórum, o grupo avalie o pedido em no máximo 24 horas e proponha um acordo, se possível, ou elabore um parecer para auxiliar o juiz em sua decisão.

Segundo João Baptista Galhardo, magistrado que acompanha o tema pelo tribunal, "quem vai medir a parcialidade ou não será o juiz, a quem caberá a decisão final".

Pedro Ramos, diretor da Abrange, diz que não se trata de interferência na Justiça. A meta, conta, é tentar evitar a crescente judicialização da saúde com um possível acordo. "Mais do que a mediação, estamos preocupados com a sobrevivência do setor."

Uma reclamação dos planos é que muitas vezes eles são surpreendidos por serviços que são obrigados a pagar após a decisão judicial.

Pelo site do TJ é possível saber que, em sete anos, o número de acordãos sobre planos aumentou 3.379%: de 512, em 2007, para 17.811, em 2013. Remédios e próteses respondem pela maioria das ações na área assistencial.

13 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Após 12 horas de sabatina, Fachin é aprovado em comissão do Senado

Por 20 votos a favor e 7 contra, o jurista Luiz Edson Fachin foi aprovado ontem à noite pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para ocupar a vaga deixada por Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal (STF). O professor da UFPR, indicado pela presidente Dilma Rousseff (PT), uniu adversários políticos do Paraná na defesa de seu nome. Agora, a decisão final será do plenário do Senado. O presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou que a votação será na próxima terça. Fachin precisa de, no mínimo, 41 votos dos 81 senadores.

13 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



13 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Indicação de Fachin é aprovada na CCJ; votação em plenário será na terça-feira

Jurista paranaense recebeu 20 dos 27 votos da comissão, mas data da decisão definitiva do Senado foi vitória da oposição

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Após mais de 12 horas de sessão, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na noite desta terça-feira (12) a indicação do paranaense Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O resultado (20 votos favoráveis e 7 contra) foi uma vitória da base governista e do esforço de mobilização de autoridades e do meio jurídico do Paraná.

Mas a indicação definitiva de Fachin ao STF ainda depende da votação no plenário do Senado. E o rumo desta sessão está nas mãos do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que marcou a votação final para a próxima terça-feira (19).

No plenário, Fachin terá de ter a maioria absoluta dos 81 senadores. Ou seja, no mínimo 41 votos. O principal poder de Renan é controlar o momento da votação, de acordo com a presença dos se-

nadores. Quanto menos senadores, mais dificuldades para o paranaense atingir a quantidade suficiente de votos.

Inicialmente, a sessão em plenário estava prevista para esta quarta-feira (13). O adiamento foi uma vitória do PSDB. Três dos principais nomes da sigla — Aécio Neves (MG), José Serra (SP), e Tasso Jereissati (CE) — estão fora do país.

Em vários momentos da sabatina na CCJ, senadores da oposição, aliados ao “rebelde peemedebista” Ricardo Ferraço (ES), tentaram adiar a discussão. Ao ganhar tempo, haveria mais possibilidades para tentar desgastar a imagem de Fachin, principalmente por suas ligações com o PT.

“Nós não podemos fazer nenhum movimento que pareça que o Senado está querendo votar com quórum maior ou menor. Isso arranha a isenção que o presidente da Casa deve ter. Apesar do que tem procurado dizer, e estão dizendo muito, estamos agindo com isenção”, disse Renan.

O posicionamento, na visão de petistas, sinalizou que a tentativa de reaproximação da presidente Dilma Rousseff com o presidente do Senado não surtiu efeito. Na segunda-feira (11), a presidente viajou junto com Renan para o velório do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) e tentou convencê-lo sobre a

aprovação de Fachin.

O posicionamento do PMDB é a maior incógnita para a definição do futuro do paranaense. Dos oito membros do partido na CCJ, apenas Ferraço atuou claramente contra o paranaense. Foi ele quem levantou, há três semanas, a denúncia de que Fachin teria exercido ilegalmente a advocacia enquanto era procurador do estado do Paraná.

Os demais tiveram participação discreta — à exceção de Roberto Requião, que fez campanha a favor do professor. O PMDB tem a maior bancada do Senado, com 17 cadeiras. PSDB e PT estão em segundo lugar, com 13 cada um.

## Duração recorde

A sabatina de Fachin foi a mais longa das últimas duas décadas. Mais de 20 senadores questionaram o jurista paranaense.

Fachin manteve-se calmo e citou várias vezes valores cristãos e de defesa da família. Não esquिवou-se de temas polêmicos, como a legalização do aborto (disse que é contra), mas deixou aberta a interpretação constitucional sobre a redução da maioridade penal. Também afagou o Congresso ao se posicionar contrariamente ao ativismo judicial do STF (veja algumas posições de Fachin sobre assuntos polêmicos no quadro abaixo).

## COMO FOI

Confira as principais respostas de Fachin durante a sabatina no Senado:

### VÍNCULO COM O PT

Questionado sobre os vínculos que teria com o PT (em 2010, ele pediu votos para a então candidata Dilma Rousseff), Fachin disse que "não teria dificuldades em julgar nenhum partido". Fachin, no entanto, definiu-se como "progressista". "Considero-me alinhado com as pessoas que querem o progresso do país. Sou, portanto, progressista nesse sentido, mas preservando o Estado, preservando a autodeterminação dos interesses privados, um espaço importante da liberdade, da espacialidade, da liberdade individual, porque nós não podemos, em hipótese alguma, aniquilar essa liberdade."

### MST E PROPRIEDADE PRIVADA

O professor da UFPR foi questionado diversas vezes por uma suposta simpatia pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No começo da carreira jurídica, ele foi procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária junto ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). "O sistema vencedor, o sistema vigente, o sistema a que nós devemos obediência no Brasil é aquele que prevê a propriedade como um direito fundamental e ressalva a propriedade produtiva – isso está dito com todas as letras na Constituição."

### REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Fachin falou sobre a redução da maioridade penal, que está em discussão no Congresso. Também indicou que a limitação em 18 anos não consta "formalmente" das cláusulas pétreas da Constituição, mas pode constar "substancialmente". Por outro lado, disse que é preciso se discutir "qual é o melhor mecanismo para tratar o tema". "Talvez uma saída seja discutir as regras que estão no Estatuto da Criança e do Adolescente. E, eventualmente, ampliar essas regras, de tal modo que, por exemplo, ampliando a internação – que deve ser adequada –, poderíamos alcançar alguns resultados eventualmente mais efetivos."

### POLIGAMIA

O jurista paranaense foi questionado por ter desenvolvido uma suposta interpretação constitucional que estimularia a poligamia. Fachin explicou que a questão foi mal compreendida, a partir da análise de um trabalho acadêmico de um estudante da UERJ. "A família, base da sociedade, portanto também base do Estado brasileiro, tem o seu assento nos termos da Constituição, nem mais e nem menos. Quer estejamos de acordo ou não. A Constituição é o nosso limite e dentro desse limite ela prevê as possibilidades e, portanto, o relacionamento fiel, a fidelidade é um projeto de vida e é da estrutura da família."

### FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

Embora tenha dito que acredita que não vai ter oportunidade de votar sobre o fim das doações eleitorais de empresas no STF, disse que a questão deveria ser decidida pelo Congresso. "Parece-me que aí o Judiciário desborda de suas funções, com o devido respeito a certas circunstâncias. Vou dizer isto com todo o respeito à Corte Suprema do Brasil: há certas circunstâncias em que o Supremo não deve atravessar a rua, e, portanto, manter-se no lugar e dar primazia ao Parlamento."



CONTINUA

13 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PROCURADORIA X ADVOCACIA

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) bombardearam Fachin sobre a questão de que o jurista teria exercido ilegalmente a advocacia depois de ter passado em concurso para procurador do estado do Paraná, em 1990. A dupla função teria ocorrido após a Constituição Estadual determinar que os procuradores não podiam atuar como advogados. "Me inscrevi nesse concurso público que teve o seu edital publicado no mês de março de 1989, de acordo com a lei complementar vigente à época que previa o impedimento da advocacia contra a Fazenda Pública. Esse concurso público teve o seu percurso alongado, e eu acabei sendo nomeado e tomei posse no ano subsequente. Disto não pode ficar a menor dúvida: iniciei o concurso antes da Constituição, e minha nomeação saiu após a vigência da nova Constituição."

Ueslei Marcelino/Reuters



### COPEL

Fachin foi questionado pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) por ter advogado, na década passada, para a Copel. O senador perguntou se ele, como procurador do estado, não estava impedido de atender uma empresa de economia mista. "Nós sabemos que as sociedades de economia mista são mistas precisamente porque têm ações em bolsa de valores, têm interesses de mercado. E na área do mercado, obviamente, contratam pessoas que são especialistas para prestar os seus serviços. Eu fui procurado nessa condição. Essa arbitragem internacional se deu na Câmara de Comércio da Organização Mundial de Comércio, cuja sede, como sabemos, é na França. E do ponto de vista do resultado, acredito que tivemos um resultado muito proveitoso para os acionistas dessa companhia."

**"Considero-me alinhado com as pessoas que querem o progresso do país. Sou progressista."**

Luiz Edson Fachin, paranaense indicado por Dilma para o STF.

CONTINUA

13 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

PRESTÍGIO

### Paraná comparece de "fio a pavio" a Brasília

¶ Todos os chefes dos poderes estaduais, do Ministério Público, o reitor da UFPR, além dos presidentes do Tribunal de Contas, da OAB-PR e até da Federação Paranaense de Futebol prestigiaram a sabatina de Luiz Edson Fachin no Senado. A "força-tarefa" foi encabeçada pelo governador Beto Richa (PSDB), que atuou para amenizar a rejeição da cúpula tucana à indicação do jurista. "Alguns me disseram que haviam repensado o voto depois que falei da trajetória de Fachin. Só não vou falar o nome para não comprometer quem falou", disse Richa. O governador também escreveu cartas a todos os 81 senadores defendendo o professor da UFPR. Acompanhado da vice-governadora, Cida Borghetti (PP), o tucano se encontrou com o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), que será fundamental para a condução da votação final no plenário. Relator do projeto que trata da indicação do jurista, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a união do estado em torno de Fachin não pode ser considerada como "provincianismo". "A propalada autofagia do Paraná foi derrotada porque se uniram todas as forças vivas da sociedade paranaense." (AG)

13 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

BESSA

## União por Fachin

**“E** stá emocionante a união do Paraná em torno do Fachin. Estão aqui os três senadores, o governador e muitas lideranças da área jurídica (presidente do Tribunal de Justiça, René Dotti e outros). A UFPR também tem grande bancada no apoio. Estamos muito orgulhosos e confiantes!”. Do reitor da Universidade Federal do Paraná, Zaki Akel, em mensagem enviada à coluna durante a sabatina do jurista e professor da instituição, Luiz Edson Fachin, realizada ontem no Senado Federal.



## Sem-terra são condenados pela morte de policiais

Luiz Carlos da Cruz,  
correspondente em Cascavel

Quatro integrantes do MST foram condenados a 18 anos de prisão em regime fechado pela morte de três policiais militares durante uma invasão de terras em uma propriedade rural em Campo Bonito, Oeste do Paraná. O crime ocorreu em março de 1993 e só agora Ademir Mota de Oliveira, Dourival de Melo Alves, Sebastião Silvano e Lourival Castilho Pimentel foram julgados. Apesar da condenação, eles poderão recorrer das sentenças em liberdade.

O julgamento ocorreu na segunda (11) no 1.º Tribunal do Júri em Curitiba e só terminou à noite. Em março de 2014, o júri chegou a ser marcado no fórum de Guarania-

çu, no Oeste, onde o processo tramitou, mas os réus e seus advogados não apareceram.

O pedido de transferência do julgamento para a capital foi feito pelos defensores dos réus, que alegaram falta de segurança em Guaraniaçu. Para ele, poderia haver risco à ordem pública em razão da animosidade existente entre Polícia Militar e os sem-terra.

Os acusados são suspeitos de matar os policiais Vicente de Freitas, Algacir José Beber e Adelino Arconti, que, por trabalharem no serviço reservado da PM, estavam sem os uniformes no momento em que foram à área invadida. Eles foram à fazenda para acompanhar a remoção de máquinas, mas foram confundidos com jagunços.

O caso teve repercussão internacional porque cinco dias após as mortes dos policiais o líder sem-terra Diniz Bento da Silva, o Teixeira, teria sido morto por 14 PMs numa suposta vingança. A execução de Teixeira rendeu ao Brasil uma condenação na OEA por violação ao direito à vida.

## Artista plástica é condenada pela morte de doméstica

LONDRINA  
Marcos César Gouvêa, do JI

Após 22 anos, a artista plástica Vanda Pepiliasco foi julgada e condenada, na noite de terça-feira (12) em Londrina, a oito anos e meio de prisão — em regime semiaberto — pelo assassinato da empregada doméstica Cleonice de Fátima Rosa. O crime foi cometido em 10 de julho de 1993.

O júri começou pela manhã após diversos adiamentos. O último foi em março deste ano. Durante a manhã, defesa e acusação tive-

ram tempo para expor seus argumentos. A principal prova levada pela promotoria era um laudo que mostrava compatibilidade entre um fio de cabelo encontrado na mão de Cleonice e o tipo sanguíneo de Vanda. Já a defesa tentava desmontar o argumento apontando erros na perícia e na coleta das provas.

A sentença saiu à noite, quando os votos dos jurados foram abertos. A contagem parou em quatro favoráveis à condenação — maioria entre os sete jurados, seis mulheres e um homem. A sentença, oito anos e meio em regime semiaberto, vai ser motivo de recursos tanto da promotoria — que vai pedir o cumprimento da pena em regime fechado — quanto da defesa, que vai recorrer da sentença e pedir um novo julgamento do caso.

13 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Justiça ainda não decidiu sobre legalidade da greve dos professores

| Antonio Senkovski

O recurso interposto pela APP-Sindicato questionando a liminar que determinou o retorno imediato às salas de aula ainda não chegou às mãos do desembargador responsável pelo caso no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A decisão inicial favorável ao estado é do último dia 27 de abril e determina multa de R\$ 40 mil por dia ao sindicato por descumprimento, além de R\$ 500 diários ao presidente da instituição. A argumentação do governo no processo é de que todos os itens da pauta apresentada pelos professores no início de março foram cumpridos. Mas o sindicato entende que não, principalmente sobre o debate das alterações na Paranaprevidência, e defende o direito à greve.

Marlei Fernandes, representante do FES e secretária de finanças da APP-Sindicato, defende que o amplo debate prometido pelo governo sobre o assunto ficou apenas no discurso. “Ainda no processo da greve, a Secretaria da Administração acolheu que o FES indicaria um atuário [especialista em previdência] para participar da elaboração do projeto de lei. Quando nosso atuário se apresentou, o plano já estava nos jornais. Tivemos contato oficialmente por escrito uma semana antes de a proposta ser votada. Mesmo com alguns debates, o governo só mandou a ficha técnica de PL quando o PL

já estava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).”

O deputado Luis Cláudio Romanelli (PMDB), líder do governo na Assembleia Legislativa (Alep), dá outra versão. Segundo ele, a inclusão do recebimento de royalties da Itaipu pela Paranaprevidência a partir de 2021 e o dispositivo que prevê obrigatoriedade do aporte de 1% do valor de fundo da previdência até completar 22% em 2050 são contribuições do técnico indicado pelo FES. “Ele [o técnico] participou das reuniões, eu conversei com ele diversas vezes. Fiz mais de uma dezena de reuniões com o FES, sem contar as cinco audiências públicas.”

Marlei enfatiza que o FES não teve chance de contribuir com a proposta que foi aprovada. “O técnico pegou informações com atuários da Paranaprevidência para fazer um estudo da proposta que o governo havia apresentado. O governo não está dizendo a verdade ao dizer que nosso técnico participou. O pedido de urgência atropelou qualquer amplo debate, e entendemos que a lei não ajuda o fundo financeiro e os servidores, apenas resolve os problemas de caixa do estado criados pelo próprio governo”, diz ela.

Romanelli, por sua vez, diz que esse entendimento tem motivações políticas. “Nós chegamos a um acordo e havia convergência sobre os pontos até o dia 22 de abril. Neste dia houve uma

decisão política da coordenação do FES, com a APP e os deputados da oposição, onde literalmente os dirigentes sindicais foram enquadrados para votar contra o projeto. Até então, restava um ponto que tinha divergência”, diz o deputado.

13 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## APOSENTADOS

### **Paranaprevidência é hoje o melhor sistema do país, diz Beto Richa**

BRASÍLIA

*André Gonçalves, correspondente*

¶ Numa das primeiras aparições públicas desde a aprovação de mudanças no regime previdenciário dos servidores do Paraná, o governador Beto Richa (PSDB) defendeu nesta terça-feira (12) o projeto aprovado no dia 29 de abril pela Assembleia Legislativa. Em Brasília para acompanhar a sabatina do jurista Luiz Edson Fachin, o tucano defendeu a validade da lei e disse não temer que a proposta vire alvo de uma "guerra jurídica". Afirmou também que a Paranaprevidência é hoje o melhor sistema previdenciário do país. Estopim para a ação policial contra manifestantes e servidores, que repercutiu internacionalmente e deixou mais de 200 feridos, a mudança já foi questionada pelo Ministério Público de Contas (MPC) – que pediu imediata suspensão da lei – e reprovada em parecer do Ministério da Previdência – que considerou irregular a nova legislação paranaense. Richa, porém, disse estar absolutamente seguro da constitucionalidade da lei, amparado, entre outros fatores, no fato de os estados terem autonomia para gerir o próprio sistema de previdência. "A verdade vai ser restabelecida, as pessoas estão começando a ter informação sobre qual é a real intenção do projeto", afirmou. "A proposta foi construída com o Ministério Público e por técnicos do governo e especialistas inde-

pendentes no setor de previdência. Conversamos também com o fórum estadual de servidores, que não conseguimos convencer porque não se convence quem não quer ser convencido."

Para o governador, a discordância com relação à mudança na lei é um fato político, para trazer desgaste a ele e levar informações equivocadas à população. "Respeito as entidades que questionam, mas nosso sistema dá segurança aos servidores, tem um fundo capitalizado e garante solvência. Isso não existe no sistema previdenciário do governo federal. Todos podem comparar", defendeu.

Richa ainda reafirmou que se sente "ferido na alma" com os acontecimentos do dia 29 de abril no Centro Cívico, em Curitiba. "Há investigações que vão trazer à tona eventuais abusos. São lamentáveis e inaceitáveis aquelas cenas de violência."

## Requião irão ao STF contra reforma da previdência

Euclides Lucas Garcia e  
Rogerio Waldrigues Galindo

Os diretórios nacionais do PT e do PMDB devem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a recém-sancionada lei estadual que alterou o plano de custeio da Parana Previdência. Em paralelo, o senador Roberto Requião (PMDB) também pretende contestar no STF a decisão do Ministério da Previdência de não intervir no Paraná para derubar a nova lei. A aprovação da proposta chamou a atenção do país devido ao fato de 213 manifestantes terem saído feridos durante protesto contra a votação do projeto na Assembleia Legislativa, no dia 29 de abril.

Em parecer emitido na última segunda-feira (11), o Ministério da Previdência considerou irregulares as mudanças no regime previdenciário dos servidores públicos estaduais. O principal ponto questionado pela pasta é que a nova lei paranaense não atende a critérios de equilíbrio financeiro e atuarial do fundo de previdência do estado, que estaria comprometido como o novo plano de custeio. Além disso, a alteração não foi aprovada previamente pelo ministério, o que configuraria outra irregularidade.

“Vamos buscar na Justiça a reparação desse equívoco histórico do governo Beto Richa contra os professores e servidores estaduais”, afirmou Enio Verri, deputado federal e presidente do PT do Paraná.

Já o líder do governo na Assembleia, Luiz Claudio Romaneli (PMDB), disse que o parecer contrário do ministério já era esperado, uma vez que o mi-

nistro Carlos Gabas é filiado ao PT há mais de 25 anos. Na visão do parlamentar, a pasta recebeu uma pressão muito grande de Requião e da senadora Gleisi Hoffmann (PT) para elaborar um parecer político e não técnico a respeito da nova lei paranaense. “É bom que isso seja levado ao Judiciário, que dará a palavra sobre a constitucionalidade e legalidade da mudança na Parana Previdência.”

### Requião

Na prática, porém, por enquanto nada deve mudar, mesmo com o parecer do ministério. Isso porque o estado se ampara em uma liminar do STF, de 2006, que impede a União de aplicar sanções ao Paraná em caso de descumprimento da legislação previdenciária nacional. A liminar foi obtida no governo de Requião, que agora contesta o uso da decisão.

Na época, o peemedebista se recusava a taxar em 11% o benefício de aposentados e pensionistas, como exige a legislação federal. No início de seu segundo mandato, o governo Richa decidiu finalmente fazer a cobrança, o que tornaria a liminar desnecessária. Agora, no entanto, a gestão tucana afirma que justamente essa decisão garante autonomia para fazer alterações em sua previdência sem contestações.

Para os aliados de Requião, a interpretação é absurda. “A garantia é para não cobrar de aposentados, e não para quebrar o fundo”, afirmou Luiz Fernando Delazari, assessor jurídico

do senador. De acordo com ele, o peemedebista deve fazer uma representação administrativa ao próprio governo federal e também pedir ao Supremo que diga que a decisão de 2006 não tem qualquer relação com a situação atual da previdência paranaense.

### Quem espanca em público faz o que sem ninguém ver?

**S**uponha que o sujeito tem um vício. Mais do que um vício — algo que é proibido por lei. Ele passa a vida fazendo aquilo às escondidas. Entre quatro paredes, ou em lugares escuros. Acha que sai impune só porque ninguém nunca está vendo o que ele faz. Em certo sentido, isso mantém o vício reduzido, e seus danos menores. Ele só pode agir quando está longe dos olhos dos outros.

Agora imagine que um dia, por descuido ou por acaso, esse cara faça a mesma coisa em praça pública. E, para seu espanto, descobre que mesmo assim passa incólume. A tendência, óbvio, é de que ele perceba que todos os cuidados que tomava antes eram desnecessários, quase exagerados. Agora, poderá agir ainda mais livremente, embora o que faça seja, repito, ilegal.

Essa é a situação de vários policiais militares neste momento. A polícia militar sempre teve, reconhecidamente, em sua tropa, gente que age de maneira violenta. Não se trata de todos os PMs. Mas é muito comum, por exemplo, que a polícia atire para matar em suas operações. Lógico que não dá para comparar de maneira simplista, mas a Grã-Bretanha no ano passado inteiro teve uma pessoa morta pela polícia.

No Paraná, só nos dias que antecederam a queda de Fernando Francischini (SD) da Secretaria de Segurança, foram sete mortes em confronto noticiadas pela imprensa. Sete vezes mais do que a Inglaterra em um ano inteiro, em menos de dez dias. Pode ser que tenham sido situações excepcionais que exigissem violência da polícia? Claro. Mas só uma investigação profunda revela essa necessidade — ou o abuso dos PMs.

Em geral, as denúncias de que os “confrontos” são armados passam batidas. Uma única vez, nos últimos anos, a morte de cinco pessoas por policiais virou escândalo. Descobriu-se pelo GPS da viatura que os assaltantes não tinham reagido coisa nenhuma à ordem de prisão. Se entregaram, mas foram levados a um matagal, assassinados e depois levados ao hospital, como se ti-

Essas coisas geralmente acontecem na periferia. Às escuras. Sem imprensa, OAB ou autoridades por perto. E imaginava-se que era por isso que as coisas ficavam impunes. Será? O governo do estado vai dizer agora se isso procede. Dessa vez, a violência, que não terminou em morte, mas em 213 feridos, aconteceu diante dos olhos de todo mundo. Em praça pública, literalmente.

Não há apenas indícios de que os policiais agiram de maneira truculenta no Centro Cívico. Há provas cabais. Imagens em vídeo de PMs dando com o cassetete em gente caída no chão. Vídeos de celular mostrando que policiais espierraram spray de pimenta nos olhos de manifestantes caídos. Sem falar nos depoimentos sobre os mais variados graus de abuso — culminando com a história absolutamente incrível de uma estudante da UEL sendo deixada nua por policiais dentro do palácio de governo.

A polícia, à Secretaria de Segurança, ao governo do estado, ao governador sobram duas opções. Fingir que essas provas não existem, mesmo sabendo que elas estão em público, ou punir os responsáveis. A segunda opção pode ajudar a refrear novos impulsos de policiais que possam querer agir novamente de maneira violenta. Seria uma mensagem de que nem tudo é aceito por aqui.

A opção de jogar tudo para baixo do tapete, que parece a mais provável, só piora as coisas, só manda aos PMs o recado de que eles podem fazer o que quiserem e que nada vai acontecer com eles. A violência dará mais um passo rumo à institucionalização. E a periferia sofrerá na pele, literalmente, as consequências.

13 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## MEC derruba decisão que obrigava reabertura para novas inscrições do Fies

■ O governo federal derrubou na Justiça decisões liminares que obrigavam o Ministério da Educação (MEC) a prorrogar o prazo de inscrições para novos contratos do Financiamento Estudantil (Fies).

Decisão do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) suspendeu a eficácia das liminares concedidas em ações coletivas, mantendo o calendário e as regras estabelecidas pelo MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que gere o financiamento.

Uma das decisões era da Justiça Federal de Mato Grosso. O juiz do caso havia argumentado que o fechamento do sistema prejudicava o acesso de estudantes ao programa, uma vez que o sistema online de inscrição havia apresentado falhas.

### Violação da ordem

O MEC e o FNDE defenderam que as liminares violavam a ordem administrativa e econômica, uma vez que não há mais orçamento para novas inscrições. As inscrições acabaram no dia 30 de abril, de acordo com as novas regras do Fies deste ano. Em coletiva à imprensa no dia 4, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, disse que a reabertura do sistema não faria sentido porque a verba destinada para o Fies neste semestre havia acabado.

Por causa do ajuste fiscal e da necessidade de economizar recursos, o governo limitou o número de novos contratos neste semestre — foi a primeira vez, desde 2010, que o sistema não ficou aberto ao longo do ano. Foram registrados 252 mil novos contratos no primeiro semestre e ainda não há informações de quantos financiamentos serão oferecidos no próximo semestre.

Na ação, o TRF-1 indicou “que o orçamento do Fies vem crescendo progressivamente ao longo dos anos, sendo que, em 2010, era de R\$ 2,4 bilhões e, para o ano de 2015, o volume de recursos alocados alcançou R\$ 12,38 bilhões, representando um incremento de 414% em um período de 5 anos.”

Segundo o MEC, cerca de 178 mil estudantes iniciaram o pedido de crédito do Fies neste ano, mas não tiveram o processo concluído.

13 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

**Entre Poderes.** Alvo de resistência entre senadores de oposição, ruralistas e evangélicos, jurista nega ligação com PT, diz respeitar a propriedade e ser contra o aborto; indicado por Dilma descarta ilegalidade no exercício da advocacia quando era procurador no Paraná

# No Senado, Fachin tenta afastar vínculo partidário e destaca papel do Legislativo

Indicado para ocupar a 11.<sup>a</sup> cadeira do Supremo Tribunal Federal pela presidente Dilma Rousseff, o advogado Luiz Edson Fachin tentou ontem, em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, se descolar das polêmicas ligadas a seu nome no último mês e do suposto vínculo com o PT. Em diversos momentos, também prestou reverências ao Congresso e ao papel do Legislativo.

Para se afastar de discussões políticas, Fachin afirmou que não teria dificuldade em julgar nenhum partido caso se torne ministro do STF. Ele citou o ex-ministro Joaquim Barbosa, cuja aposentadoria abriu a vaga no Supremo, como exemplo de atuação independente na Corte. O ex-relator do processo do mensalão, que votou pela condenação de petistas envolvidos no esquema, havia declarado voto no PT em eleições presidenciais.

“Não tenho nenhuma dificuldade, caso venha a vestir a toga do STF, em apreciar causas de qualquer partido político que exista em nossa federação”, afirmou. O jurista negou filiação partidária e disse nunca ter praticado “proselitismo político”, mas assumiu que em alguns momentos foi chamado para tomar posição “ora como professor, ora co-

mo jurista, ora no exercício da cidadania”. Fachin citou situações em que demonstrou apoio a candidatos do PV, PDT e PPS.

A imparcialidade do jurista vem sendo questionada pela oposição desde que foi revelado um vídeo no qual ele pede votos para a presidente Dilma Rousseff, em 2010. Na sabatina, coube ao líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), questioná-lo se esse apoio influenciaria suas posições na Corte.

**Sem pressa.** A sabatina não havia sido encerrada até esta edição ser concluída e durava nove horas. Após passar pela CCJ, Fachin precisará ser aprovado em votação secreta no plenário do Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que a apreciação do nome do jurista pelo plenário será na terça-feira, contra o desejo do Palácio do Planalto, que queria uma definição nesta semana.

O peemedebista não foi à sabatina de Fachin, ao contrário do que havia feito nas duas últimas sabinas realizadas pela CCJ para cortes superiores: a do desembargador Reynaldo da Fonseca para ministro do Superior Tribunal de Justiça, no mês passado, e a de Luís Roberto Barroso para o Supremo, em junho de 2013.

Apesar da longa duração, os aliados do governo demonstra-

vam menos preocupação com a aprovação na CCJ, e mais com a votação da próxima semana. O medo é que o PMDB use a rejeição do nome indicado por Dilma para desgastar mais a imagem da presidente.

**Oposição.** Coube aos senadores da oposição na CCJ os questionamentos mais controversos a Fachin, como acusações de que defenderia a poligamia e seria contra o direito à propriedade. Ciente disso, o jurista afirmou logo na exposição inicial “não ter fugido”, como professor, de debates polêmicos, mas fez uma defesa dos valores da família e da propriedade e em temas como maioria penal e financiamento de campanha destacou o papel do Legislativo na definição desses temas.

“Trago na minha biografia teses e visões de mundo controversas, posições às vezes contundentes. Fui intenso, somos sempre nós e a nossa circunscrição, não me escondi atrás das palavras, sou quem sou”, disse. Filho de agricultores do Rio Grande do Sul, Fachin se emocionou ao citar sua família.

**CONTINUA**

13 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O questionamento sobre o respeito à propriedade foi levantado pela ala ruralista da Casa, representada por Ronaldo Caiado (DEM-GO). Os senadores da bancada evangélica abordaram temas ligados à família e aborto.

Outra polêmica, levantada pelo tucano Aloysio Nunes (SP), é o fato de Fachin ter exercido as funções de procurador do Estado do Paraná e de advogado simultaneamente, o que seria proibido pela Constituição local. O jurista exibiu uma autorização da OAB local inscrita na carteira de advogado para rebater a acusação.

A exceção entre os opositores foi o relator da indicação de Fachin, Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele voltou a defender a aprovação do jurista gaúcho radicado no Paraná e criticou o “oportunismo” dos próprios correligionários. “Seríamos indignos do apreço popular se, de forma oportunista, nos colocássemos contra (Fachin) apenas para alvejar a Presidência da República no momento de grave impopularidade que ostenta, levando às ruas milhões de brasileiros indignados.” /

BEATRIZ BULLA, ISADORA PERON,  
RICARDO BRITO e TALITA FERNANDES

#### ● ‘Oportunismo’

“Seríamos indignos do apreço popular se, de forma oportunista, nos colocássemos contra (Fachin) apenas para alvejar a Presidência da República no momento de grave impopularidade que ostenta, levando às ruas milhões de brasileiros indignados”

Alvaro Dias (PSDB-PR)

SENADOR E RELATOR DA INDICAÇÃO  
DE LUIZ EDSON FACHIN

#### ● Plenário

A nomeação de um indicado a uma corte superior precisa do aval de 41 senadores, independentemente da posição da CCJ e do número de presentes em plenário.

CONTINUA



# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

13 MAI 2015

### PERGUNTAS & RESPOSTAS

#### O que ele falou aos senadores

##### ● Mensalão

Primeiro, eu não conheço os autos e não conheço as provas, mas, obviamente, tenho comigo a percepção de que, para a população brasileira, nesse momento, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar como julgou, deu uma resposta à sociedade brasileira, e, portanto, eu não uso nem ponto nem curva. O que uso nessa equação é o que está na lei, e os ministros do Supremo, cada um, à luz das suas convicções, procuraram fazer o raciocínio lógico dedutivo e aplicar a lei ao caso concreto nas decisões que foram por maioria e assim por diante, vencidos os vencidos.

##### ● Direito à propriedade

O sistema a que nós devemos obediência no Brasil é aquele que prevê a propriedade como um direito fundamental e ressalva a propriedade produtiva – isso está dito com todas as letras na Constituição. Os imóveis suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, excluída a propriedade produtiva,

excluídas todas as exclusões que estão na Constituição, precisam ser objeto de desapropriação prévia e justa. É o texto da Constituição – quer alguns gostem ou não, isso é um direito.

##### ● Invasões de terra

Em hipótese alguma, ainda que as pessoas entendam que as suas reivindicações são legítimas, mas, ao ultrapassar o limite da violência, aí precisa comparecer o Estado. (...) E esses movimentos sociais que se deturparam, obviamente, são movimentos sociais que merecem o rechaço da ordem jurídica.

##### ● Apoio a Dilma em 2010

Subscrevi um manifesto elaborado por alguns juristas de São Paulo que indagaram a minha posição. Tomei uma dada posição, no dia deste manifesto fui indicado para lê-lo. Por coincidência, eu me encontrava em São Paulo, fui a este evento. Fui convidado a fazer a leitura e não me furtei. Era um manifesto que eu havia assinado, como em outros momentos da vida, e quando fui chamado também não me furtei. Submetendo-me, claro, as consequências de todas as opções que os cidadãos, na sua vida, fazem.

##### ● Partidarismo

Não tenho nenhuma dificuldade, nenhum comprometimento, caso, eventualmente, venha a vestir a toga do STF, em apreciar e julgar qualquer um dos partidos políticos que existam em nossa Federação. Sejam eles de que espectro ideológico ou programático forem. Abona esta percepção o que já se passou com alguns ministros no Supremo Tribunal Federal. Para a vaga na qual neste momento eu estou indicando, tivemos o ilustre ministro Joaquim Barbosa, que, ao que me consta, vi da imprensa à época, chegou a dizer que havia votado neste ou naquele candidato.

##### ● Relações políticas

Em alguns momentos, como professor e como jurista, sou chamado a tomar uma posição. E eu tenho feito isso com o mínimo de bondade no coração porque tenho, obviamente, nos meus alunos e dos meus sentimentos. Por exemplo, nas eleições do ano passado um ex-aluno me procurou, candidato a deputado estadual pelo PPS. Como aliás já fiz com o vereador Paulo Salamuni, do PV; como fiz com o então deputado federal Gustavo Fruet, hoje prefeito de Curitiba, pelo PDT. Portanto, essas manifestações derivam desses relacionamentos, e não de opções político-partidárias. É evidente que eu tenho uma percepção da vida. Considero-me alinhado com as pessoas que querem o progresso do País. Sou, portanto, progressista nesse sentido, mas preservando o Estado, preservando a autodeterminação dos interesses privados, um espaço importante da liberdade, da espacialidade, da liberdade individual, porque não podemos, em hipótese alguma, aniquilar essa liberdade

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### ● Dupla função

Iniciei o concurso antes da Constituição, e minha nomeação saiu após a vigência da nova Constituição. A questão que se colocou me fez ir ao procurador-geral do Estado, e indaguei se efetivamente essa circunstância já significava, pela superveniência da Constituição, a vedação da advocacia. (...) Bati às portas da Seção do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil que julga prerrogativas. (...) Me fiz acompanhar desta anotação na carteira, me fiz acompanhar do meu decreto de nomeação e me fiz acompanhar de uma Emenda Constitucional.

Para a minha consciência, é uma companhia que me acalma a alma nesses anos todos de exercício profissional. E me permito dizer com franqueza d'alma: esse tema não está na ficha funcional de onde passei nem na ficha funcional da minha consciência

### ● Família

Do ponto de vista dos princípios constitutivos da família, temos, com acento no artigo 226 e seguintes da Constituição, a família como base do Estado, a família como base da sociedade. E a Constituição abre as possibilidades para que haja uma compreensão do que ali se entende por família, mas também estabelece seus limites. Se não estivermos de acordo com a Constituição, o caminho é o debate legislativo. Para o julgador, o caminho é a aplicação dos limites e as possibilidades que estão na Constituição. Eu acredito nos projetos familiares que se perenizam e tenho a impressão de que a minha vida possa ser um exemplo do que o que eu estou dizendo não é retórica. Agora, nessa medida, há, portanto, um texto constitucional. E, portanto, nesse texto constitucional, não me parece que haja a defesa da poligamia.

### ● Aborto

Sou defensor da vida, da dignidade da vida humana e estou dando minha posição pessoal de cristão, humanista, de colocar a vida como um valor que se põe no patamar de supremacia.

### ● Maioridade penal

Este tema precisa ser debatido, inclusive para que se discuta a consequência, caso venha a se reduzir a maioridade, e que sequelas teríamos. Para onde irão esses adolescentes, hipoteticamente, dos 14 aos 16 anos? É preciso internalizar esse debate no País e verificar, por exemplo, se no sistema prisional – tal como está, para os que já têm 18 anos completos, como é atualmente a regra da Constituição – há mesmo ressocialização.

### ● Financiamento eleitoral

Problemas atinentes a essa definição política parece-me que aí o Judiciário desborda de suas funções, com o devido respeito a certas circunstâncias. Com todo o respeito à Corte Suprema: há certas circunstâncias em que o Supremo não deve atravessar a rua e, portanto, manter-se no lugar e dar primazia ao Parlamento.

# 13 MAI 2015

SUPREMO EM Pauta:  
Eloísa Machado

ESTADÃO

FGV DIREITO SP

## Terra e família, a pauta dos políticos

**A** sabatina de Luiz Edson Fachin, que prometia expor os ânimos acirrados entre a base aliada e a oposição, seguiu um percurso sem grandes polêmicas, onde a serenidade do advogado ditou o tom do escrutínio.

Se parte das questões abordou o histórico profissional de Fachin e expôs o período em que exercia advocacia e o cargo de procurador, a maioria das perguntas procurou saber sua posição sobre diferentes temas. De modo geral, o indicado se mostrou deferente à ordem constitucional, formadora da “consciência do juiz”, mas também ao Legislativo, apontando em diversas oportunidades as cautelas que os ministros do Supremo devem ter para não extravasarem competências e, com isso, interferir em outros Poderes.

Dentre as questões, a atenção maior foi dada à terra: demarcação de terras indígenas; de quilombolas; área florestal; prévia e justa indenização por desapropriação. Fachin respondeu que o sistema de propriedade no Brasil prevê ressalvas e que, gostem ou não, a reforma agrária, a demarcação de terras e a função social da propriedade são exigências constitucionais que devem nortear a atuação do juiz.

Outro ponto foi o conceito de família. Questões sobre monogamia, poligamia, “direitos de amante” e regime sucessório foram respondidas por Fachin a partir de uma posição pretensamente progressista, na qual o conceito de família serve para proteger e incluir diferentes relações, sejam homo ou heterossexuais, mas afasta o direito ao aborto. Menoridade penal, trabalho escravo e foro privilegiado também ocuparam a sabatina.

Tais questões, mais do que a posição do indicado, expõem as pautas mais caras ao próprio Senado. Se terra e família foram os motores da sabatina, o grande ausente foi o caso Lava Jato. Os interesses do Senado – e dos senadores – têm dado o tom da relação entre Congresso e STF.

CONTINUA

# Para governo, sabatina diminuiu resistências

Planalto avalia que Luiz Edson Fachin se saiu bem ao ser questionado por senadores, o que aumenta chances de aprovação de seu nome no plenário



**Apoio.** Lewandowski é um dos defensores de Luiz Fachin

**Talita Fernandes**  
**Beatriz Bulla**  
**Tânia Monteiro** / BRASÍLIA

A longa sabatina à qual Luiz Edson Fachin foi submetido ontem aumentou as chances de sua aprovação no Senado, segundo avaliações nos bastidores do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. A indicação do jurista será votada em plenário pelos senadores na próxima terça-feira.

Desde que seu nome surgiu como um dos possíveis candidatos para ocupar a 11ª cadeira do Supremo, Fachin vem enfrentando suspeitas de vinculações partidárias com o PT e de defender causas ligadas à esquerda mais radical, como o cumprimento da função social da terra, uma das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Um interlocutor do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, defensor do nome de Fachin, avalia que o advogado soube explicar aos senadores os questionamentos aos seus artigos e estudos, mostrando “notável saber jurídico”, uma das exigências para ministros do Supremo.

Mesmo submetido à desgastante sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a avaliação inicial do Planalto foi de que Fachin se saiu “muito bem”. Auxiliares de Dilma afirmaram que o advogado foi paciente, respeitoso e respondeu a cada um dos senadores.

Com o clima que se estabeleceu na CCJ, o governo está otimista com o resultado a ser obtido no plenário. Ao menos a princípio. Assessores presidenciais ouvidos pelo **Estado** dizem que a votação em plenário na próxima semana foi um ganho de tempo para trabalhar o restante da semana e reverter votos contrários, além de algumas resistências que ainda resistem ao seu nome.

Lewandowski não assistiu à longa sabatina de Fachin. Ele participava à tarde de sessão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e monitorou o desempenho do advogado por meio de representantes do Supremo presentes na CCJ em mensagens no celular.

**Sobrevivente.** Na visão de membros do governo e da presidência do STF, Fachin é, como ele próprio se definiu, um “so-

brevivente” do longo processo que o levou a ser o último indicado da presidente Dilma Rousseff. Com a aprovação da PEC da Bengala, Dilma não terá chance de fazer outras cinco indicações. A alteração elevou de 70 para 75 a aposentadoria compulsória para ministros do STF e de tribunais superiores.

Fachin foi escolhido pela presidente Dilma após resistir a um longo processo de escolha do substituto de Joaquim Barbosa, que se estendeu por nove meses e foi marcado por uma “guerra de dossiês” entre os candidatos. Essa visão é compartilhada por interlocutores do Planalto e do Supremo. O nome do jurista, natural do Rio Grande do Sul e radicado no Paraná, surgiu pela primeira vez como potencial candidato ainda em 2003. Na última indicação feita por Dilma, em 2013, quando Luís Roberto Barroso foi escolhido, Fachin também figurou entre os “finalistas”.

Para um interlocutor do Planalto, a dificuldade agora se deu, além do momento de crise política, porque “depois de a presidente ter escolhido Teori Zavascki e Barroso, esses ministros ficaram como parâmetro”.

Na visão de Dilma, o perfil do Fachin é um misto desses dois nomes. Ela acredita que o advogado tem a discrição de Teori e atuação semelhante à de Barroso. No Planalto, diz-se que a presidente esteve em dúvida sobre se escolheria algum juiz ou jurista.

13 MAI 2015

# O ESTADO DE S. PAULO MEC barra na Justiça reabertura do Fies

178 mil inscrições não serão concluídas;  
governo federal alega não ter dinheiro

Paulo Saldaña

ESTADÃO  
oedu

O governo federal derrubou na Justiça decisões que obrigavam o Ministério da Educação (MEC) a reabrir o sistema de inscrições para novos contratos de Financiamento Estudantil (Fies). O MEC informou à Justiça que não há mais recursos para o programa. Ao fim do prazo, no dia 30, cerca de 178 mil estudantes não haviam concluído a inscrição - só o registro deles resultaria em um impacto financeiro de R\$ 1,8 bilhão neste ano, segundo o governo.

A decisão do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF 1) suspendeu liminares concedidas em ações coletivas em Mato Grosso e Vitória da Conquista (BA). O presidente do TRF 1, Cândido Ribeiro, aceitou o argumento do MEC de que as decisões invadem a competência administrativa e econômica do governo. "Compete ao FNDE (*Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que gere o Fies*) definir as regras para sistematização das operações do Fundo e estabelecer limites de crédito", ressaltou Ribeiro. Levantamento do FNDE detectou 30 ações com o objetivo de reabrir o sistema.

O prazo para novos contratos acabou em 30 de abril. O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, já disse que não faria sentido reabrir as inscrições porque a verba para o Fies havia acabado. Na argumentação à Justiça, o governo indicou que 178 mil estudantes tiveram inscrição iniciada, mas não finalizada, e esses contratos teriam impacto orçamentário de R\$ 7,2 bilhões nos próximos anos.

Por causa do ajuste fiscal e da necessidade de economizar recursos, o MEC limitou o número de novos contratos do Fies neste semestre - foi a primeira vez, desde 2010, que o sistema não ficou aberto ao longo do ano. No fim do prazo, foram firmados 252 mil novos contratos, que demandaram R\$ 2,5 bilhões. No ano passado, 1,9 milhão de contratos vigentes consumiram R\$ 13,7 bilhões. O governo promete renovar todos até o dia 29.

**Futuro.** O MEC promete oferecer mais oportunidades de financiamentos no segundo semestre. Mas na nota técnica encaminhada ao TRF 1 a pasta indica que o orçamento de 2015 seria suficiente somente para o número de contratos já firmados no primeiro semestre.

13 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# Professores paulistas vão ao Supremo contra corte de ponto

Após queda de liminar, Apeoesp entrou com recurso em Brasília; paralisação já dura mais de dois meses

**Luiz Fernando Toledo**

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) informou que entrou anteontem com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir o corte de ponto dos professores em greve no Estado de São Paulo. Parados desde o dia 13 de março, os docentes tiveram o primeiro desconto por faltas no salário no holerite de maio.

A Apeoesp já havia obtido li-

minar que impedia que os descontos fossem feitos, mas a decisão temporária foi derrubada na última semana pela Justiça, depois de recurso movido pelo governo estadual. O sindicato defende que o corte é ilegal, uma vez que decisões recentes do STF em casos semelhantes levaram ao entendimento de que não deveria haver corte de ponto.

**Prevaricação.** Há uma semana, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) descartou a possibilidade de rever ou desistir do corte de ponto. “Governo não faz o que quer, não tem essa liberalidade. Se dá aula, tem frequência. Se não dá aula, não tem frequência. Como vai dar frequência para quem não dá

aula? Isso é prevaricação”, afirmou Alckmin, em evento no Palácio dos Bandeirantes.

Ele também voltou a afirmar que a greve “não tem muito sentido”.

Os professores liderados pela Apeoesp pedem reajuste de 75,33% para equiparação a outras profissões com ensino superior. O governo estadual, no entanto, critica a paralisação, que entende como “extemporânea”, e destaca que houve reajuste de 45% para a categoria nos últimos quatro anos.

**Multa.** A Justiça paulista multou a Apeoesp em R\$ 300 mil por descumprir uma liminar do mês passado. A decisão impedia o sindicato de divulgar propaganda que pede aos pais que deixem de levar filhos às escolas durante a greve.

Na decisão, a Justiça afirma que a propaganda era “ilícita e extremamente prejudicial aos interesses dos menores de idade”. A Apeoesp disse que a veiculação da propaganda foi em apenas uma das 93 subseções e decidiu recorrer da multa.

## SÔNIA RACY

### Sem panela

O *Vem Pra Rua* e outros movimentos preparam ato de apoio a Sérgio Moro amanhã, em São Paulo. O juiz da Lava Jato estará com a mulher, Rosângela, na Cultura do Conjunto Nacional para o lançamento de *Bem Vindo ao Inferno*—que conta a história de Vana Lopes, uma das vítimas de Roger Abdelmassih. Os dois assinam o prefácio do livro.

13 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Pepiliasco é condenada a oito anos de prisão em regime semiaberto

Acusada de matar doméstica em 1993, artista plástica foi julgada pela primeira vez ontem e poderá recorrer em liberdade

Antoniele Luciano

*Reportagem Local*

Londrina – Oito anos e seis meses. Esta foi a condenação, em regime semiaberto, sentenciada ontem pela Justiça à artista plástica Vanda Pepiliasco, acusada de matar a doméstica Cleonice de Fátima Rosa, há 22 anos, no apartamento da família, em Londrina. O crime ocorreu no dia 10 de julho de 1993, em um edifício de alto padrão, na Rua Goiás, centro da cidade, sem nunca antes ter sido julgado ao longo desses anos. A juíza responsável pelo caso no Tribunal do Júri foi a magistrada Elizabeth Kather, da 1ª Vara Criminal. Vanda poderá recorrer da decisão em liberdade. O advogado dela, o criminalista Walter Bittar, informou que vai recorrer da decisão.

Em março, o julgamento de Vanda chegou a ser marcado, mas foi adiado pela falta de testemunhas da ré. Ao todo, 12 testemunhas foram arroladas pela defesa e acusação no processo. No entanto, ontem apenas cinco participaram do julgamento, sendo três de acusação e duas de defesa.

Testemunharam na sessão um vigia que trabalhava no prédio no dia do assassinato, dois peritos, um dos policiais que atenderam o caso e o esposo da artista plástica, Lauro Pepiliasco. Vanda também esteve presente no julgamento. Ela e a família vieram de Cuiabá para a audiência.

Apesar de a defesa tentar desqualificar as provas do processo, como exames de DNA com fios de cabelo encontrados no corpo da vítima e que seriam de Vanda, a tese de que a ré teria participado do assassinato com o filho Leonardo, na época com 14 anos, foi aceita pela maioria dos jurados. Segundo sustentou a Promotoria, Leonardo teria imobilizado a doméstica e Vanda a cortou no pescoço com uma faca. O rapaz teria, conforme o Ministério Público, algum relacionamento com a vítima. Ele chegou a ser processado pela Vara da Infância, mas teve o processo extinto por não ter sido julgado até completar 21 anos.

## ARGUMENTO

A juíza Elizabeth Kather argumentou que a condenação de Vanda considerou o fato de que ela teria tentado subornar uma das testemunhas, oferecendo dinheiro para que o vigia mudasse seu depoimento. Na época, o marido dela também teria feito fotos da casa da testemunha para intimidá-la. Além disso, outra empregada da família na época, Luzia Colombo, foi exposta à situação vexatória, tendo sido torturada por policiais para confessar um crime que não cometeu. “Quando souberam da morte, os patrões não esboçaram reação de surpresa. Antes mesmo de verem o corpo, já diziam que era um suicídio. Ela [Vanda] mostrou desprezo por pessoas simples e humildes”, disse Elizabeth, ao ler sua sentença.

**CONTINUA**

13 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O advogado Walter Bittar entregou ontem à juíza o passaporte da cliente. A medida faz parte da determinação da magistrada. Ele também informou que vai recorrer da condenação, em especial porque a juíza abordou no julgamento ameaças sofridas por Luzia. "Ela contaminou o processo, provavelmente vai gerar nulidade. Já tinha pedido desaforamento [julgamento em outro fórum] porque haveria pressão da opinião pública", comentou. Bittar reforçou que vai continuar pleiteando a inocência da cliente. As provas que constam nos autos, segundo ele, não provam autoria do crime.

*Para MP,  
pena é pouco  
expressiva*

Londrina – Apesar do resultado favorável à acusação, familiares da vítima saíram desapontados com a pena de Vanda Pepiliasco. Eles estavam ansiosos por uma resposta ao crime que tirou a vida de Cleonice de Fatima Rosa, na época com 25 anos de idade. "Até hoje não descobrimos o motivo da morte. Esperamos ver a justiça de Deus porque a daqui está difícil", disse Luiz Carlos Rosa, 49, irmão da vítima.

De acordo com o promotor de Justiça responsável pelo caso, Ronaldo Costa Braga, o Ministério Público vai recorrer para aumentar a pena. Braga entende que oito anos e seis meses é um período pouco expressivo e que o mais adequado seria que a ré respondesse em regime fechado. "O código penal diz que qualquer pena acima de oito anos deve ser em regime fechado. Vou recorrer", afirmou. (A.L.)

13 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Fachin promete imparcialidade no STF

Submetido a longa sabatina no Senado, jurista paranaense tentou se descolar das acusações de ser ligado ao PT

Beatriz Bulla, Isadora Peron, Ricardo Brito e Talita Fernandes  
Agência Estado

Brasília - Indicado para ocupar a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal pela presidente Dilma Rousseff, o advogado Luiz Edson Fachin tentou ontem durante sua longa sabatina no Senado, se descolar das polêmicas ligadas a seu nome no último mês e, principalmente, das acusações de ser ligado ao PT. Em diversos momentos também prestou reverências ao Congresso Nacional e ao papel do Legislativo.

Para afastar sua imagem de discussões políticas, afirmou que não teria dificuldade em julgar nenhum partido político caso se torne ministro da mais alta corte do País e citou o ex-ministro Joaquim Barbosa como exemplo de atuação independente no Supremo.

Ele lembrou que Barbosa - que se aposentou em julho do ano passado abrindo a vaga no Supremo - declarou voto no PT, mas votou pela condenação de petistas envolvidos no esquema do mensalão durante o julgamento caso. "Não tenho nenhuma dificuldade, caso venha a vestir a toga do STF, em apreciar cau-

sas de qualquer partido político que exista em nossa federação", afirmou.

Fachin disse ainda que não é filiado a nenhuma sigla e que nunca praticou "proselitismo político". Ele assumiu, contudo, que em alguns momentos foi chamado para tomar posição "ora como professor, ora como jurista, ora no exercício da cidadania" e mencionou situações em que demonstrou apoio a candidatos do PV, do PDT e do PPS. A imparcialidade do jurista vem sendo questionada pela oposição desde que foi revelado um vídeo no qual ele pede votos para a presidente Dilma Rousseff, na campanha de 2010. Na sabatina, coube ao líder do PT no Senado, Humberto Costa, questioná-lo se o apoio influenciaria suas posições na Corte.

Após passar pela CCJ, Fachin precisará ser aprovado em votação secreta no plenário do Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que a apreciação do nome do jurista pelo plenário deve ser feita sem pressa e sem improvisos. Ele confirmou que a votação em plenário será na próxima terça-feira contra o desejo do Palácio do Planalto, que queria uma definição mais rápi-

da. O peemedebista não visitou a sabatina.

Além da ligação com o PT, Fachin buscou dissociar seu nome das acusações de que defenderia a poligamia e movimentos sociais favoráveis à reforma agrária. Na exposição inicial, o jurista disse "não ter fugido" como professor de debates polêmicos, mas fez uma defesa dos valores da família e da propriedade. "Trago na minha biografia teses e visões de mundo controvertidas, posições as vezes contundentes. Fui intenso, somos sempre nós e a nossa circunstância, não me escondi atrás das palavras, sou quem sou", disse.

Fachin também teve de responder a questões sobre a sua atuação profissional. Na primeira pergunta da sabatina, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) questionou o fato de ele ter exercido, ao mesmo tempo, as funções de procurador do Estado do Paraná e de advogado particular, algo que seria proibido pela legislação daquele Estado. O jurista rebateu a acusação e mostrou uma autorização da OAB do Paraná inscrita na sua carteira de advogado como prova.

CONTINUA



13 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

No início da sabatina, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), relator da indicação de Fachin, acusou os colegas de oposição que veicularam críticas a Fachin no último mês de aproveitarem a baixa popularidade de Dilma para tentar barrar o nome do jurista. Fachin recebeu apoio ainda do governador Beto Richa (PSDB), do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, e do presidente do Tribunal de Contas do Estado, Ivan Bonilha, que foram a Brasília acompanhar a sabatina.

Parlamentares da base estavam confiantes de que o nome do jurista seria aprovado na comissão. Não demonstravam, porém, a mesma convicção sobre a votação no plenário. O medo é que o PMDB use a rejeição do nome indicado por Dilma para impor uma nova derrota ao governo e desgastar ainda mais a imagem da presidente.

13 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### Cirurgia

O empresário Paulo Roberto Midauar – acusado de integrar as quadrilhas desbaratadas pelas operações Voldemort e Publicano, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina – pediu à 3ª Vara Criminal autorização para fazer uma cirurgia. O procedimento seria realizado em hospital de Curitiba, mas não foi especificado. A juíza substituta Deborah Penna indeferiu o pedido no último dia 30, argumentando que “não restou comprovada a urgência ou emergência da cirurgia requerida”. Ontem a defesa reiterou a solicitação de autorização, mas, até o final da tarde de ontem não havia decisão judicial.

#### Prisão

Dono de uma distribuidora de combustíveis, Midauar está preso há quase dois meses – desde 17 de março. Na Voldemort, é acusado de integrar quadrilha liderada por Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB) que fraudou licitação para conserto de viaturas do Estado; na Publicano, é acusado de sonegação fiscal e pagamento de propina a auditores da Receita, cuja organização seria chefiada por Márcio de Albuquerque Lima, também preso.

#### Audiência

Ontem, Midauar seria levado à 3ª Vara Criminal para acompanhar audiência em que é acusado de sonegação fiscal – por processo originário de Bandeirantes (Norte Pioneiro), cidade onde tem estabelecimentos comerciais. Porém, a testemunha que seria ouvida não compareceu. Além disso, seu advogado, Maurício Carneiro, pediu dispensa de Midauar na oitiva (caso ela ocorresse), alegando que deslocá-lo até o Fórum poderia significar exposição desnecessária de seu cliente.

13 MAI 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRIBUNINHAS

### LIMINAR "TRAÍRA"

O senador Roberto Requião vai ao Supremo Tribunal Federal (STF) contestar a decisão do Ministério da Previdência de não intervir pra derrubar a lei que reformou a ParanaPrevidência. O ministério emitiu parecer dizendo que as mudanças são irregulares, mas que não pode interferir por causa de uma liminar concedida pelo STF em 2006. Na época, o governo Requião se recusava a cobrar 11% dos aposentados e pensionistas. No início deste ano, Beto Richa decidiu fazer a cobrança. Mas segundo o ministério, a decisão está valendo e permite o Paraná decidir sobre seu regime previdenciário, sem interferência federal. Segundo o jornalista Rogério Galindo, da *Gazeta do Povo*, aliados de Requião dizem que a interpretação é absurda. "A garantia é pra não cobrar de aposentados, e não pra quebrar o fundo", diz o assessor jurídico Luiz Fernando Delazari.

### A FAVOR

Beto Richa está em Brasília desde segunda-feira. Ele foi fazer campanha favorável à indicação do paranaense Luiz Fachin ao STF e atuou na linha de frente das conversas com senadores do PSDB, informa o blog "Conexão Brasília", do jornalista André Gonçalves, da *Gazeta*.

### CONTRA

Fachin passou ontem pela sabatina do Senado. Um dos maiores críticos de sua indicação foi o tucano Aloysio Nunes (PSDB-SP). Ele não ficou convencido com as explicações de Fachin sobre ter trabalhado ao mesmo tempo como procurador do estado e advogado, o que seria contrário à Constituição Estadual.

### SEM PRESSA

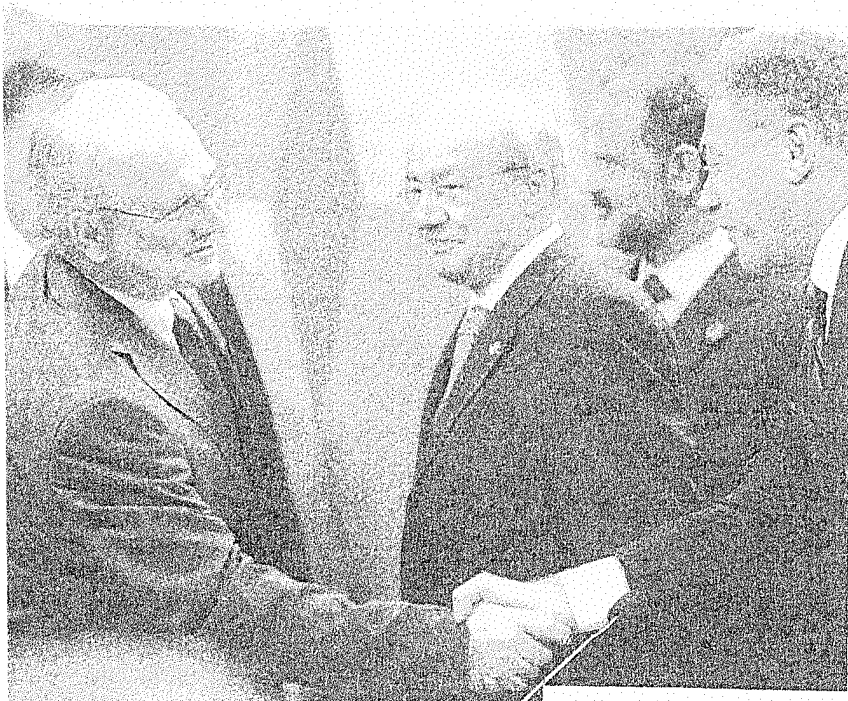
O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou que vai levar o nome de Fachin a plenário na próxima terça-feira. A decisão contraria a vontade do governo, que queria ver o assunto liquidado esta semana.


## Nome de Fachin será levado a plenário na terça

### Jurista paranaense passou por sabatina no Senado

 O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou nesta terça-feira (12) que vai levar a plenário na próxima terça-feira (19) o nome do jurista Luiz Edson Fachin, indicado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), que está sendo sabatinado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "A prudência recomenda esse calendário", disse o peemedebista.

A decisão contraria a vontade do governo, que queria ver o assunto liquidado ainda esta semana. A ideia de líderes da base aliada era pedir urgência para que a votação acontecesse nesta terça ou quarta-feira. Renan mostrou-se contrariado quando questionado sobre o assunto e não respondeu como agiria se isso realmente acontecesse. ■



 Fachin falou por mais de dez horas a senadores

## A hora de Fachin

Após 12 longas horas de uma verdadeira "odisséia", o professor Luiz Edson Fachin conseguiu superar todo o tipo de adversidade e transformar um quadro negativo, fazendo história ao ser aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado, por 20 votos favoráveis e sete contrários, para ter o nome levado a plenário à votação de sua indicação à vaga de Joaquim Barbosa, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Paciente, elegante e profundo conhecedor do Direito, compondo os principais requisitos do cargo Fachin desmontou a tese de que foi indicado por ideologia ao cargo, respondendo e clareando cada controvérsia que lhe foi apresentada desde às 9 horas da manhã até pouco mais de 22h30 de ontem.

Ao final da votação, vencedor da indicação naquela Comissão, provou ser mais do que sobrevivente como apresentou-se no início da manhã.

**Demonstrou** grandeza e a certeza do orgulho que o Paraná terá com seu novo ministro do Supremo.

Um homem acima do bem e do mal. Íntegro. Que começou a desenhar sua trajetória ontem, com singular competência. ■

Bem-vindo  
ministro Fachin  
Os Editores

## BEMPARANÁ

# Aprovado na CCJ, nome de Fachin vai a plenário na terça

Decisão contrária a vontade do governo,  
que queria ver o assunto liquidado ainda nesta semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou ontem que vai levar a plenário na próxima terça-feira, 19, o nome do jurista Luiz Edson Fachin, indicado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), que foi sabatinado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "A prudência recomenda esse calendário", disse o peemedebista. O nome foi aprovado pela CCJ por volta das 22h30, depois de 12 horas de sabatina, o recorde da Casa. O placar foi 20 a 7.

A decisão contraria a vontade do governo, que queria ver o assunto liquidado ainda esta semana. A ideia de líderes da base aliada era pedir urgência para que a votação acontecesse nesta terça ou quarta-feira. Renan mostrou-se contrariado quando questionado sobre o assunto e não respondeu como agiria se isso realmente acontecesse.

O gesto do peemedebista também demonstra que ele não ficou sensibilizado com a tentativa de reaproximação da presidente Dilma Rousseff, após os dois terem viajado juntos para o enterro do senador Luiz Henrique (PMDB), em Santa Catarina.

No domingo, o jornal *O Estado de S. Paulo* antecipou que Renan adiaria a apreciação do nome de Fachin em plenário para prolongar o desgaste que o tema tem causado ao Palácio do Planalto. Segundo aliados de Renan, o peemedebista não traba-

lha contra a aprovação do jurista, mas também não é do seu interesse dar uma vitória fácil do governo. A decisão atenderia ainda a um apelo de senadores tucanos, que não poderiam participar da votação porque estão em viagem para fora do País.

Questionado sobre seu posicionamento a respeito da Lei de Anistia, o advogado Luiz Edson Fachin afirmou que há um recurso sobre decisão do STF que considerou válida a lei, por isso não poderia se posicionar sobre o tema. Fachin se limitou a fazer breve comentário de forma genérica: "Reputo muito importante que o País não perca sua memória, mas reputo também importante que um País se pacifique", afirmou, sem se comprometer com posicionamentos.

Fachin também foi indagado sobre o raio de atuação das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre questões eleitorais como pertencimento do mandato legislativo. Ele defendeu que o debate seja feito pelo Poder Legislativo e que as resoluções do TSE não extrapolem poder regulamentar. "O locus de debate da questão eleitoral é o poder legislativo, nem mesmo o TSE tem esse poder legislativo primário de avançar para além do poder regulamentar e de execução do procedimento eleitoral", afirmou.

Fachin admitiu, em sabatina no Senado, que cabe uma discussão sobre o enquadramento da redução da maioria

penal como cláusula pétrea. Caso o Judiciário considere que a idade para punir penalmente jovens é uma cláusula pétrea, a redução de 16 para 18 anos, discutida atualmente na Câmara. Segundo Fachin, formalmente a maioria não aparece na Constituição como cláusula pétrea, mas pode estar de forma "substancial". "Esse artigo 228 formalmente não está lá. A pergunta é: está lá substancialmente?", indagou Fachin. Ele evitou responder categoricamente sobre o tema, que pode ser objeto de questionamento no STF.

## Para analistas, sabatina ajudou

A longa sabatina à qual Luiz Edson Fachin foi submetido ontem, aumentou as chances de sua aprovação no Senado, segundo avaliações nos bastidores do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF). Desde que seu nome surgiu como um dos possíveis candidatos para ocupar a 11ª cadeira do Supremo, Fachin vem enfrentando vinculações partidárias com o PT e de defender causas ligadas à esquerda.

Um interlocutor do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, um dos defensores do nome de Fachin, avaliou que Fachin soube explicar aos senadores os questionamen-

tos aos seus artigos e estudos, mostrando "notável saber jurídico", uma das exigências para ministros do Supremo.

Mesmo submetido à desgastante sessão, a avaliação inicial do Planalto foi de que Fachin se saiu "muito bem". Interlocutores de Dilma afirmaram que o advogado foi paciente, respeitoso e respondeu a cada um dos senadores. O governo está otimista com o resultado a ser obtido no plenário. Assessores presidenciais ouvidos pelo 'Estado' dizem que a votação em plenário na próxima semana foi um ganho de tempo para trabalhar o restante da semana.

13 MAI 2015

## BEM PARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

### O Paraná no Supremo 100 anos depois

\*Jônatas Pirkiet \_\_\_\_\_

O primeiro paranaense a compor a mais alta Corte de Justiça do país foi o lapaeano Ubaldino do Amaral, ainda no século XIX. Presença do Paraná que pode ocorrer novamente com a indicação do Professor Luiz Edson Fachin, que vem unindo todos os segmentos da sociedade paranaense para que sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal ocorra.

A confirmação do jurista paranaense é importante para o Paraná, como prestigiamento e reconhecimento da cultura jurídica do nosso Estado, que sempre se destacou no cenário jurí-

dico nacional. A participação dos juristas juízes e promotores nos tribunais superiores vem sendo maior nos últimos anos, desde a nomeação do saudoso e notável professor Milton Luiz Pereira para o Superior Tribunal de Justiça, da Desembargadora Denise Martins Arruda, Félix Fischer, Néfi Cordeiro e Sérgio Kukina, que também compuseram e compõe ainda o Superior Tribunal de Justiça.

Sem deixar de destacar João Oreste Dalazen e Fernando Eizo Ono, no Tribunal Superior do Trabalho, tendo chegado inclusive à sua presidência o ministro João Dalazen. Também o nome do paranaense Antonio

Ferando Barros como Procurador Geral da República.

Não obstante o nome do professor Fachin venha enfrentando alguma oposição, por questões políticas no Senado Federal, é incontroverso as condições pessoais, morais e intelectuais de Fachin, que poderá dar grande contribuição para a elevação do nível da Corte Constitucional de Justiça, por ser um civilista consagrado, compondo o Supremo justamente de outro destacado civilista brasileiro, Moreira Alves.

\*O autor é advogado criminalista  
(jônataspirkiet@terra.com.br)

13 MAI 2015

## BEMPARANÁ

# NPJ da Estácio promove a VII Semana do Divórcio Consensual

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Estácio Curitiba (NPJ) promove este mês a sétima edição da Semana do Divórcio Consensual, projeto que oferece atendimento para famílias com renda de até três salários mínimos mensais e que desejam fazer o divórcio consensual.

O projeto é aberto à comunidade, mas é preciso inscrever-se antecipadamente. As

inscrições podem ser feitas entre 8 e 29 de maio na sede do NPJ (Avenida São José, nº 1179, Cristo Rei) ou por telefone. Os atendimentos agendados serão realizados de 08 a 12 de junho.

Para receber o atendimento do projeto, que acontece duas vezes ao ano, é preciso que haja acordo entre o casal em questões como a guarda dos filhos, pensão alimentícia e bens. É necessário ainda que

o casal resida na comarca de Curitiba e que o valor dos bens não ultrapasse R\$ 50 mil.

O NPJ conta com o apoio do Tribunal da Justiça neste projeto, que é realizado pelos estudantes do 9º e 10º períodos do curso de Direito da Estácio Curitiba, sob supervisão de seus professores. Interessados devem buscar informações na secretaria do NPJ pelo telefone (41) 3088-0474.

## PAINEL

### Estranho

Cliente de banco que entrega cartão a estranho em terminal de autoatendimento não deve ser ressarcido pelos saques indevidos feitos em sua conta. O entendimento é da 1ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal.

### Prerrogativa

Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública, pois esta não é uma atribuição exclusiva do Ministério Público. O entendimento é do STF.

### Licitações

Advogado, escritor e professor, Edgar Guimarães participa hoje (13/5) de um debate que integra o IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo, em Belo Horizonte, com o tema "Questões Polêmicas sobre licitações: contratação direta, registro de preços". Guimarães é presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo.

### Surdez

Candidato com surdez em um dos ouvidos não tem direito de participar em concursos públicos concorrendo às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais.

### Significância

Fraude ao seguro-desemprego é crime de estelionato e não se enquadra no princípio da insignificância. O entendimento é da 11ª Turma do TRF da 3ª Região.

### Palestra

Marcelo Wanderley Guimarães, advogado trabalhista e diretor de Relações de Trabalho em Ação da ABRH-PR, fará palestra sobre os aspectos jurídicos relacionados com a saúde do trabalhador e a responsabilidade do empregador. O evento será no próximo dia 22 de maio na sede da AMCHAM, em Curitiba. Informações e inscrições: [www.abrh-pr.org.br](http://www.abrh-pr.org.br) e (41) 3262-4317

### Direito sumular =

Súmula nº 492 do STJ- O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

## O STF e o futuro da Lava Jato

A resposta ouvida pelo rei da Prússia, Frederico II, 1745, em Potsdam, de um dono de pequeno moinho, quando ameaçou expropriá-lo, externava a fé na justiça, convicto de que ainda havia juízes em Berlim. Desejoso de ampliar o castelo de Sans Souci, residência de verão próxima a Berlim, o monarca, um déspota esclarecido e com sólida formação cultural, propôs a compra da área. Recusada pelo moleiro por ali estarem enterrados os seus ancestrais. Ante a recusa, o rei ameaçou: "Você bem sabe que, mesmo que não me venda a terra, eu, como rei poderia tomar-lhe sem nada lhe pagar." A surpreendente e altiva resposta, impactou o soberano: "O Senhor! Tomar-me o moinho? Só se não houvesse juízes em Berlim". Frederico II recuou e desistiu da ampliação do castelo. O dono da propriedade ameaçada demonstrava a certeza de que o seu direito seria reconhecido pela justiça, mesmo lutando contra a Casa Real.

Há mais de 200 anos, nas terras germânicas, o poderoso rei da Prússia reconhecia que a Lei legitimaria o direito do súdito. Amigo do escritor francês Voltaire, Frederico II, era além do seu tempo. Décadas depois, com a Revolução Francesa, fundamentada na liberdade, igualdade e fraternidade, consagraria o Estado moderno, onde a harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário é a essência civilizatória das sociedades democráticas.

Essas reflexões tornam-se oportunas no momento em que o Brasil, pela ação da Justiça Federal, personificada no juiz Sergio Moro e marcante atuação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal na "Operação Lava Jato" desmontaram o maior assalto de corrupção da vida nacional. As ações criminais, após as sentenças de primeira instância, conhecerão medidas protelatórias, claramente retardárias, provavelmente chegarão ao Supremo Tribunal Federal. O professor Oscar Vilhena Vieira, de direito constitucional da FGV (Fundação Getúlio Vargas), adverte: "A Lava Jato ou qualquer processo judicial no Brasil, não está livre de acabar na prescrição. É uma questão do modelo constitucional que adotamos." A prescrição ocorre quando se encerra o prazo legal para o Estado executar a sua capacidade punitiva. O que leva a opinião pública a acreditar que o sistema jurídico favorece a impunidade.

É oportuno recordar a "Operação Banestado-CC5", onde as contas secretas enviando ilegalmente recursos para o exterior, investigadas pela ação do Juiz Sérgio Moro, com o tempo as ações penais prescreveram. E os corruptos-delinquentes não foram punidos. Ou ainda: a "Operação Castelo de Areia", onde evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes financeiros e ilicitudes diversas foram amplamente comprovadas. O Ministério Público e a Polícia Federal encontraram provas materiais abundantes. Em 2011, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou as provas com a alegação de a operação ter se originado de denúncias anônimas e escutas telefônicas ilegais. Em fevereiro de 2015, o Ministério Público de S. Paulo, recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) objetivando reabrir o "Castelo de Areia". O ministro Luiz Roberto Barroso (para quem apurar ilícitos é ponto fora da curva), negou o recurso com a alegação de que seria necessário o reexame de todas as provas. Vale dizer, os corruptos ficaram com o "castelo" e o Ministério Público e a Polícia Federal com a "areia".

No caso da Lava Jato, o perigo é amplo. Existem os réus com foro privilegiado, no caso os políticos, tramitando os processos diretamente no STF. E os réus sem esse "status" que, condenados em instâncias inferiores, certamente buscarão a instância superior. A 2ª Turma do Supremo, composta por 5 ministros, já demonstrou ter divergências com o Juiz Sérgio Moro. Para o magistrado é preciso proteger a sociedade da ação criminosa, amparado na Constituição. Já a maioria dos ministros entende que as garantias e direitos individuais dos acusados devem ser respeitados. A inusitada escolha do ministro Dias Toffoli, para integrar o colegiado é uma interrogação. Indiscutível reforço para a teoria zavasckiana, exposta pelo ministro Teori Zavascki, antigo advogado do Banco Central, para quem delação premiada pode ser considerada medievalesca.

Como o tempo é o senhor da razão, vamos aguardar os próximos capítulos. Mas não é ignorando o alerta do advogado, professor universitário e conselheiro do Tribunal de Ética da OAB/Bahia, Luis Holanda: "O histórico do Supremo Tribunal Federal é de total garantia para os criminosos ricos ou poderosos, principalmente para os condenados por corrupção, atividade considerada bastante segura para quem a pratica. Ultimamente, o suporte dessa regra é a chamada teoria garantista, na qual qualquer desculpa serve para libertar o criminoso."